

## Mais letal que o crack, oxi já é nova ameaça

O consumo do oxi, droga cujo poder de destruição é considerado maior que o do crack, foi tema de discurso de Aníbal Diniz (PT-AC). Segundo o jornal *O Globo*, o oxi veio da Bolívia e do Peru e entrou no país pelo Acre, a partir dos municípios de Brasília e Epitaciolândia, e pode ser encontrado em vários pontos de Rio Branco e em pequenos municípios.

– Não podemos aceitar, enquanto representantes de um estado pequeno como é o Acre, que a pecha de facilitação para o tráfico e para o consumo de drogas aconteça na comunidade – protestou Aníbal Diniz.

Há relatos de viciados em oxi também em Rondônia, Amazonas, Piauí, Pará, Goiás e Distrito Federal.

Como o crack, o oxi é uma pedra, só que branca, e é fumado num cachimbo. É mais barato (custa metade do preço) e vicia e mata mais rápido. A fumaça vai para dentro dos pulmões, de onde cai na corrente sanguínea. O efeito chega ao cérebro mais rapidamente, é mais intenso e menos duradouro (pouco mais que cinco minutos), o que aumenta o risco de viciar, pois leva o usuário a querer outra dose pouco tempo depois.

Quando não leva à morte súbita (por coma, parada respiratória ou cardíaca), o oxi provoca convulsão e, em poucas semanas, lesões no cérebro, no fígado, doenças cardíacas, respiratórias e do sistema renal, perda de peso, diarreia, vômitos etc.

# Senado reforça a luta contra o uso do crack

Uma das principais constatações dos participantes de debates realizados em subcomissão é que faltam dados oficiais sobre o número de vítimas no país

A FALTA DE dados oficiais sobre o número de vítimas de drogas no país foi uma das constatações dos participantes dos debates realizados na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outros, criada este ano pelo Senado.

O problema foi detectado também pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que vem reunindo informações junto às prefeituras para implantar um observatório permanente sobre o crack e outros entorpecentes. Segundo a CNM, em mais de 3.800 municípios há graves

problemas de segurança, saúde e assistência social decorrentes do consumo do crack. A confederação estima que o consumo da droga levará mais de 300 mil pessoas à morte nos próximos seis anos.

– Os municípios podem contribuir muito para enfrentar essa realidade. O *Observatório* será o principal canal de comunicação entre os cidadãos a respeito do crack; queremos ampliar os debates em busca de soluções – afirma o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. Ele destaca que são os municípios

que enfrentam os efeitos da droga e sofrem com a falta de políticas de prevenção.

Em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o papel dos meios de comunicação social no combate às drogas e à violência na escola, a secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, anunciou que o ministério vai divulgar no final do mês “o primeiro estudo amplo e aprofundado sobre a realidade do crack no Brasil, feito em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)”.

## Comunidades terapêuticas são alternativa

Nos debates já realizados pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outros, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as comunidades terapêuticas foram muito citadas.

A secretária de Assistência Social e Trabalho de Ponta Porã (MS), Doralice Alcântara, citou levantamento feito em 2006 pelo governo federal, Universidade de Brasília (UnB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no qual se verificou que quase 80% dos tratamentos de dependência são feitos por essas comunidades.

Doralice explicou que a maioria delas ainda não consegue se adequar às normas exigidas pela Resolução 101/01, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e por isso tem dificuldade em obter recursos da União.

– Como não conseguem o financiamento, não fazem a adequação. Torna-se um ciclo. É necessário um período de transição – argumentou.

Paulina Duarte, do Ministério da Justiça, lembrou que muitas dessas comunidades “recebem há muito tempo algum suporte por parte dos municípios, apesar de isso ser insuficiente”. Segundo Paulina, a maioria das comunidades terapêuticas foi criada “com boa vontade”, mas sem uma estrutura adequada.

Foi ressaltada ainda a necessidade de reinserção social, com a criação de oportunidades de estudo e trabalho para os indivíduos em tratamento.

## Cidade gaúcha tem experiência pioneira

O estudo da CNM mostrou que o crack já está em quase todos os municípios. Mas o caso de Cachoeirinha (RS) chamou a atenção não só pela implantação da Comunidade Terapêutica Pública Reviver

(um projeto pioneiro no país) mas também pela história do prefeito Luiz Vicente Pires. Ex-viciado em drogas, inclusive crack, ele conseguiu deixar o vício e agora prioriza em seu governo ações contra a depen-

dência química.

A comunidade tem oficinas de padaria, confeitaria, plantação de hortifrutigranjeiros e produção de fraldas geriátricas e pediátricas. Toda a estrutura foi montada com o apoio da sociedade civil, afirma Pires.

De acordo com os relatos do hoje prefeito, envolvido com drogas dos 16 aos 33 anos, após nove meses de internação em uma comunidade terapêutica, ele conseguiu concluir o processo de reabilitação e ressocialização. Recuperado, Pires passou a contar sua experiência com as drogas.

– Comecei com palestras e reuniões em grupos – conta.

Com essa iniciativa, passou a ser conhecido na cidade e foi galgando cargos públicos até a sua candidatura a prefeito.



Prefeito de Cachoeirinha (RS), Luiz Vicente Pires, ex-dependente químico, apresenta a autoridades locais instalações da CTP Reviver

## Projetos buscam penas mais rigorosas

### ■ PLS 187/09, do ex-senador Sérgio Zambiasi

Determina como causa de aumento de pena a hipótese de tráfico de drogas cujos efeitos sejam mais graves para a saúde, como o crack. Já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

### ■ PLS 111/10, de Demóstenes Torres (DEM-GO)

Prevê pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado. Está na CAS e depois segue para a CCJ, em decisão terminativa.

### ■ PLS 287/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO)

Estabelece pena mais rigorosa para o traficante considerado primário. Está na CCJ, para decisão terminativa.

### ■ PLS 252/06, de Demóstenes Torres (DEM-GO)

Prevê pena de detenção no caso de descumprimento injustificado das medidas educativas aplicáveis ao uso indevido de drogas e pune mais severamente o plantio de entorpecentes destinado a consumo pessoal. Na CCJ, para decisão terminativa.

### ■ PLS 183/10, de Magno Malta (PR-ES)

Determina que as emissoras públicas de radiodifusão destinem cinco minutos de suas programações diárias, nos eventos relacionados às artes marciais, para divulgar informações sobre os malefícios do uso de drogas, políticas de combate ao uso e dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico. Já aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), aguarda decisão terminativa na CAS.

## Portal traça diagnóstico sobre consumo e circulação da droga

A CNM lançou no dia 26 de abril o *Observatório do Crack*, um portal de informações sobre o consumo e a circulação da droga nos municípios. A apresentação oficial ocorreu no dia 10 de maio, durante a 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Os dados estão sendo fornecidos pelas próprias prefeituras.

Ao anunciar o lançamento do portal e pedir a participação dos municípios na divisão do fundo que o Rio Grande do Sul administra para criar um sistema estadual de políticas públicas sobre drogas, a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) disse que “é ali, na porta do prefeito ou da câmara de vereadores que as pessoas vítimas da droga batem em busca de socorro”.

O *Observatório* tem como objetivo a troca de experiências entre municípios sobre as necessidades e as soluções para combater o tráfico de drogas: as políticas locais de

enfrentamento, as estruturas assistenciais, os programas, as iniciativas inovadoras, o financiamento e as experiências bem-sucedidas.

Paulo Ziulkoski explica que, com essa troca, pretende-se estabelecer uma rede de enfrentamento às drogas com os municípios de fronteira. O presidente da CNM esclarece que o *Observatório* foi criado também para viabilizar o diagnóstico e o acompanhamento das ações desenvolvidas. “Com os dados sobre a circulação e consumo da droga, será possível orientar a gestão municipal e a tomada de decisões”, disse.

O portal dispõe de informações completas da pesquisa realizada pela CNM em 2010 – *Mapeamento do Crack nos Municípios Brasileiros*. As informações serão inseridas e atualizadas periodicamente pela equipe municipal, que tem acesso livre às informações e fica responsável por elas.

### Saiba mais

#### Confederação Nacional dos Municípios – Observatório do Crack

Telefone: (61) 2101-6000  
[www.cnm.org.br/crack](http://www.cnm.org.br/crack)

#### Estudo da Polícia Federal apresentado em audiência no Senado:

<http://migre.me/4yCf5>

#### Polícia Federal – Coordenação-geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes

Telefone: (61) 2024-8300  
[www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)

#### Ministério da Saúde

Disque Saúde: 0800 61 1997  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

